

ORGANIZADORES:

JORGE MUNHOS SOUZA | RONALDO PINHEIRO DE QUEIROZ

AUTORES:

ANDRÉ PIMENTEL FILHO	JORGE MUNHÓS DE SOUZA
BRUNO CALABRICH	KLEBER MARTINS DE ARAÚJO
BRUNO CARNEIRO MAEDA	PAULO ROBERTO GALVÃO DE CARVALHO
CARLOS HENRIQUE DA SILVA AYRES	RAFAELA COUTINHO CANETTI
CAROLINA BARROS FIDALGO	RENATA RIBEIRO BAPTISTA
FELIPE P. BRAGA NETTO	RONALDO PINHEIRO DE QUEIROZ
JEFFERSON APARECIDO DIAS	

LEI ANTICORRUPÇÃO

2015

 **EDITORA**
*Jus***PODIVM**
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Conselho Editorial: Antonio Gidi, Eduardo Viana, Dirley da Cunha Jr.,
Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar,
Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho,
Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim (www.buenojardim.com.br)

Diagramação: Caetê Coelho (caete1984@gmail.com.br)

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

Copyright: Edições JusPODIVM

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

| 1 |

UMA NOVA HIPÓTESE DE RESPONSABILIDADE OBJETIVA NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA? O ESTADO COMO VÍTIMA DE ATOS LESIVOS.....	17
---	-----------

FELIPE P. BRAGA NETTO

1. Contextualização.....	17
2. Vivendo no Estado dos Direitos Fundamentais.....	19
3. Vivendo na sociedade da informação.....	23
4. O sentido e alcance da responsabilidade civil objetiva na Lei nº 12.846.....	28
5. Referências.....	32

| 2 |

LEGISLAÇÃO ANTICORRUPÇÃO NO MUNDO: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A LEI ANTICORRUPÇÃO BRASILEIRA, O FOREIGN CORRUPT PRACTICES ACT NORTE- AMERICANO E O BRIBERY ACT DO REINO UNIDO	35
---	-----------

PAULO ROBERTO GALVÃO DE CARVALHO

1. Introdução	35
2. Análises comparativas.....	40
3. Conclusão.....	59
4. Tabela sintética.....	60
5. Bibliografia.....	62

| 3 |

COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 1º AO 4º DA LEI ANTICORRUPÇÃO.....	63
---	-----------

ANDRÉ PIMENTEL FILHO

1. Notas preliminares.....	63
2. As origens da Lei 12.846/2013	68
3. Pessoas sujeitas à Lei 12.846/2013	75
4. Âmbito da responsabilidade objetiva	77
5. Sucessão e solidariedade da responsabilidade.....	82

CAPÍTULO II - DOS ATOS LESIVOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NACIONAL OU ESTRANGEIRA

| 4 |

ATOS DE CORRUPÇÃO RELACIONADOS COM LICITAÇÕES E CONTRATOS	89
--	-----------

JEFFERSON APARECIDO DIAS

1. Introdução	89
2. Bens jurídicos tutelados	91
3. Atos de corrupção em relação a licitações e contratos.....	97

4. Conclusões	108
5. Bibliografia	109

| 5 |

DILEMAS E BOAS PRÁTICAS DO MODELO MULTIJURISDICIONAL NO COMBATE A ILÍCITOS TRANSFRONTEIRIÇOS: ALGUMAS PAUTAS PARA A APLICAÇÃO DA LEI Nº 12.846/13.....	111
<i>RENATA RIBEIRO BAPTISTA</i>	

CAPÍTULO III - DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

| 6 |

RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA NA LEI ANTICORRUPÇÃO	131
<i>JORGE MUNHÓS DE SOUZA</i>	
1. Esferas de responsabilização, poder punitivo estatal e Direito Administrativo Sancionador	131
2. Ilícitos e sanções administrativas	136
3. Multa	140
4. Publicação extraordinária da decisão condenatória	157
5. Reparação integral do dano	158
6. Outras sanções administrativas não previstas expressamente na Lei Anticorrupção, mas passíveis de aplicação quando da prática de atos lesivos.....	159
7. Processo administrativo de responsabilização, aplicação da pena e princípios do Direito Administrativo Sancionatório.....	165
8. Implicações do princípio do <i>non bis in idem</i> na Lei Anticorrupção	168

CAPÍTULO IV - DO PROCESSO ADMINISTRATIVO**DE RESPONSABILIZAÇÃO**

| 7 |

RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA PESSOA JURÍDICA NA LEI ANTICORRUPÇÃO	181
<i>KLEBER MARTINS DE ARAÚJO</i>	
1. Considerações iniciais	181
2. Processo administrativo de responsabilização por atos previstos na Lei nº 12.846/2013.....	189
3. Bibliografia	235

CAPÍTULO V - DO ACORDO DE LENIÊNCIA

| 8 |

O ACORDO DE LENIÊNCIA COMO FERRAMENTA DE COMBATE À CORRUPÇÃO	239
<i>CARLOS HENRIQUE DA SILVA AYRES E BRUNO CARNEIRO MAEDA</i>	
1. Introdução	239

SÚMARIO

2. Benefícios dos acordos de leniência: o exemplo do modelo norte-americano	240
3. O acordo de leniência no âmbito da Lei 12.846/2013	244
4. Conclusões	249
5. Referências	250

| 9 |

OS ACORDOS DE LENIÊNCIA NA LEI DE COMBATE À CORRUPÇÃO..... 253*CAROLINA BARROS FIDALGO E RAFAELA COUTINHO CANETTI*

1. Introdução	253
2. Origens dos acordos de leniência: o combate a carteis.....	258
3. A delação premiada na esfera penal.....	265
4. O acordo de leniência na Lei Anticorrupção.....	270
5. Conclusões.....	276
6. Referências.....	277

CAPÍTULO VI – DA RESPONSABILIZAÇÃO JUDICIAL

| 10 |

RESPONSABILIZAÇÃO JUDICIAL DA PESSOA JURÍDICA NA LEI ANTICORRUPÇÃO.... 283*RONALDO PINHEIRO DE QUEIROZ*

1. Introdução	283
2. Responsabilização judicial x responsabilização administrativa: independência de instâncias, interferência de instâncias e possibilidade de intersecção entre instâncias	287
3. Da ação de responsabilização judicial da pessoa jurídica.....	295
4. Conclusão	334

CAPÍTULO VII – DISPOSIÇÕES FINAIS

| 11 |

DISPOSIÇÕES FINAIS DA LEI ANTICORRUPÇÃO: PRESCRIÇÃO, CADASTROS, RESPONSABILIZAÇÃO DE AUTORIDADES OMISSAS E OUTRAS QUESTÕES RELEVANTES..... 337*BRUNO CALABRICH*

1. Introdução	337
2. Cadastros (CNEP e CEIS)	338
3. Destinação de valores	340
4. Prescrição.....	341
5. Representação de pessoas jurídicas e outros entes.....	346
6. Responsabilização de autoridades pela omissão na aplicação da lei.....	347
7. Atos lesivos contra a administração pública estrangeira e extraterritorialidade.....	348
8. Independência das sanções.....	349
9. Vigência.....	350
10. Conclusão	351
11. Referências bibliográficas.....	351